

EMPREGO, SALÁRIO E POBREZA*

*Beatriz Regina Zago de Azevedo***

Neste livro, estão reunidos diversos artigos voltados ao exame do funcionamento do mercado de trabalho e a questões relativas ao emprego em economias subdesenvolvidas, tendo como pano de fundo o caso dos países latino-americanos e particularmente a situação brasileira.

Conforme o autor mesmo alerta, não se trata de um livro "perfeitamente integrado segundo a concepção tradicional", mas sim de um conjunto de textos ligados por um tema comum, qual seja, a análise do mercado de trabalho urbano. Embora tenham sido escritos em épocas diferentes, os textos apresentam uma certa seqüência, complementando-se em certos momentos e em outros opondo-se através de contradições geradas pelo próprio esforço do autor em superar suas concepções iniciais acerca da dinâmica do mercado de trabalho. Assim, o que à primeira vista aparenta ser incoerências internas entre os diversos ensaios, representa, antes de tudo, avanços críticos no sentido de aprofundamento das questões levantadas.

Um dos méritos do presente livro encontra-se, justamente, na possibilidade que ele abre aos leitores de acompanhar a evolução do pensamento do autor em torno do controvertido assunto em estudo e, em consequência disso, na percepção de que o processo de conhecimento, ao não se subordinar a fórmulas teóricas preexistentes, se dá através de avanços e recuos, traduzindo-se em um movimento contínuo e dialético de reformulação de idéias.

Funcionando como introdução aos demais capítulos, o 1º ensaio trata da visão reformulada do autor acerca de sua concepção geral da estruturação do mercado de trabalho na América Latina. Nesse texto, ele procura estabelecer as conexões entre a existência de um razoável contingente de mão-de-obra excedente em nossas economias e o nível de emprego e a taxa de salários no núcleo verdadeiramente capitalista delas.

Do segundo ao quarto ensaio, o autor busca aprofundar a análise acerca do mercado de trabalho, privilegiando a questão do piso salarial e suas diferenciações. Enquanto o 2º texto, trata de mostrar a relevância do salário-mínimo oficial no estabelecimento da taxa de salários na economia brasileira, o 3º demonstra as diferenciações salariais existentes nas economias capitalistas, utilizando o caso brasileiro como ilustração. Aqui há uma tentativa de identificar certas tendências no desenvolvimento capitalista monopolista capazes de explicar as crescentes disparidades que se verificam nas remunerações quer entre setores, quer entre categorias de trabalhadores. Por sua vez, o 4º ensaio ao apresentar o caso chileno serve de ilustração aos ensaios anteriores.

* Paulo Renato de Souza, Hucitec - F UNCAMP, São Paulo, 1980.

** Economista, Mestrado em Sociologia, Ciência Política e Antropologia da UFRGS, Técnico da FEE.

Já os últimos ensaios pretendem examinar mais especificamente o funcionamento do chamado setor informal ou produção não tipicamente capitalista. No 5º ensaio, encontram-se as formulações teóricas iniciais do autor acerca do setor informal e uma série de informações sobre as características ocupacionais dos pobres urbanos na América Latina. Em sua parte final, o artigo propõe algumas linhas de política de emprego capazes de elevar os atuais níveis de "produtividade" e renda do setor informal. E, finalmente, o 6º ensaio retoma e aprofunda o exame das políticas de emprego propostas no artigo anterior, tendo como marco teórico as idéias expressas no texto inicial.

Verifica-se, portanto, que, embora os diversos ensaios dêem ênfase a questões específicas, a preocupação central que permeia todos os textos se constitui no exame do funcionamento do mercado do trabalho não-qualificado nas economias subdesenvolvidas e particularmente de sua influência na estruturação do mercado de trabalho como um todo.

A identificação de certas atividades no interior da economia urbana que se distinguem das demais por se organizarem sob formas de produção consideradas não tipicamente capitalistas tem sido objeto de uma contínua e recente (principalmente, a partir da década de 60) especulação teórica. Embora as controvérsias em torno de sua conceituação e funcionalidade sejam inúmeras, vários autores parecem concordar quanto a algumas características específicas apresentadas por essas atividades, quais sejam, elevados índices de absorção da força de trabalho urbana, condições precárias de trabalho, baixa produtividade, extrema miséria etc. São estas peculiaridades, acrescidas do fato de que tais atividades tendem a continuar importantes sob o ponto de vista do emprego, que as definem e as diferenciam frente às demais ocupações urbanas como o depositário da força de trabalho excedente.

Para avaliar as dimensões desse tipo de ocupações nas economias subdesenvolvidas, o autor faz uma breve referência quantitativa à situação ocupacional brasileira no período de 1950 a 1970, revelando que, mesmo tendo ocorrido um crescimento razoável de empregos de "alta produtividade", particularmente no Setor Secundário, também cresceram de modo significativo as atividades urbanas consideradas de baixa produtividade, as quais constituem grande parte do setor informal.

Sua conclusão principal é a de que "o emprego fora do que seriam atividades propriamente capitalistas é de grandes dimensões, que está presente em grande parte das atividades econômicas e que está constituído tanto de assalariados quanto de autônomos e trabalhadores familiares" (p.28).

A partir de cifras estatísticas coletadas em diversos países latino-americanos, o autor nos apresenta também algumas características específicas dessas atividades onde se concentram os setores urbanos de baixa renda. Dentre essas características, destacam-se o escasso nível de organização, pouca intensidade no uso do capital e reduzido tamanho desse tipo de unidade produtiva, concentração de trabalhadores do sexo feminino, de trabalhadores jovens e mais velhos, de trabalhadores menos educados ou analfabetos e de indivíduos oriundos de zonas rurais deprimidas ou cidades do interior.

Ao ilustrar tal situação, o autor justifica a necessidade de segmentar o mercado de trabalho, tendo em vista o exame específico desse conjunto de atividades, dada sua importância crescente em termos de absorção

da força de trabalho urbana, pelo fato de se encontrar marginalizado em relação às políticas de renda e proteção, bem como pela miséria dos indivíduos aí empregados, cuja única alternativa de sobrevivência consiste na autocriação desse tipo de empregos de baixos níveis de produtividade.

Uma Abordagem Alternativa

Com vistas a delimitar teoricamente o espaço ocupado por essas atividades no interior da economia urbana, o autor propõe uma abordagem alternativa para o exame das diversas formas de organização consideradas não tipicamente capitalistas. Tais atividades são reunidas em dois grandes grupos. O primeiro grupo constitui-se das formas de organização mercantis simples, cuja característica principal é a ausência de assalariamento permanente. Nele estão incluídas as empresas familiares, os trabalhadores autônomos por conta própria subordinados,¹ os pequenos vendedores de serviços ("biscateiros") e as empregadas domésticas.

O segundo grupo englobaria o que ele denomina de "quase-empresas capitalistas", cujo traço definidor seria dado pelo fato de utilizarem permanentemente mão-de-obra assalariada (traço capitalista) e de o patrão estar envolvido de alguma maneira no processo produtivo (traço não tipicamente capitalista). Além disso, nesse tipo de empresas, a taxa de lucro não se caracterizaria como a variável determinante de seu funcionamento, mas sim o nível de rendimento total do proprietário. Por outro lado, sua inserção no mercado seria intersticial, não existindo a competição real com outros capitais.

Aliás, como característica geral dessas formas de organização não tipicamente capitalistas, o autor aponta para o fato de sua expansão estar determinada pelos movimentos do capital, uma vez que ocupam as franjas do mercado ainda não ocupadas pela produção capitalista.

"A visão alternativa que hoje me parece mais correta sobre o funcionamento do setor informal portanto concebe-o como formas de organização que se inserem na estrutura econômica de forma intersticial *junto* com as formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços de mercado perfeitamente delimitados que são *criados, destruídos e recriados* pela expansão do sistema hegemônico" (p.30).

Esclarece ainda o autor que o que está determinado é o espaço econômico do setor informal e não a sua dimensão ocupacional que costuma variar bastante conforme o tipo específico de atividade e a cuja variação correspondem ajustamentos na renda média dos indivíduos aí ocupados.

Em suma, o que está pressuposto por trás da idéia de a produção mercantil simples ser intersticial e seguir as regras ditadas pelo núcleo capitalista é o fato de que a economia não é dual, é uma só, e que cada uma de suas "partes" está articulada e servindo de alguma forma à expansão do capital, estando, portanto, a ele subordinada. Em busca de seu espaço econômico, essas atividades preenchem as brechas do sistema capitalista sem se constituírem em uma "economia paralela".

¹ Esses são os chamados "falsos autônomos", pois aparentemente trabalham por conta própria, mas na verdade produzem mercadorias ou prestam serviços a uma empresa.

Questão da Funcionalidade

Na discussão sobre a funcionalidade das atividades não tipicamente capitalistas, aprofundam-se as controvérsias. Uma delas refere-se a sua função de rebaixar o valor dos bens que integram o custo de reprodução da força de trabalho, do que resultaria o rebaixamento dos salários na economia urbana. Esta tese, definida por vários autores (Vilmar Faria, Graziano e Queda, Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick), tem como argumento principal o fato de que, em economias atrasadas, as formas não capitalistas de organização da produção produziriam bens e serviços a um custo menor do que se fossem produzidos em organizações tipicamente capitalistas. Baseando-se na hipótese de que a cesta de consumo dos trabalhadores compor-se-ia, basicamente, de produtos oriundos dessas formas de organização da produção, acabam por concluir do rebaixamento dos salários dos trabalhadores engajados na produção capitalista.

Contrapondo-se a esta interpretação, P.R.Souza mostra que, em primeiro lugar, grande parte da cesta de consumo dos trabalhadores é abastecida por produtos industrializados e que, ao contrário do que erroneamente se possa pensar, os preços dessas mercadorias tendem a ser mais elevados para os setores populacionais de baixa renda que se abastecem no pequeno comércio da periferia urbana. Isto porque os hábitos de compra desses indivíduos se explicam antes por uma série de facilidades que essas pequenas unidades mercantis oferecem — possibilidade de fracionar as compras, proximidade geográfica, facilidade de crédito etc — e que acabam sendo compensadas por preços relativamente mais altos. Em suma, os assalariados urbanos de baixa renda não estariam gozando do benefício de um menor custo de bens e serviços produzidos e/ou comercializados por unidades mercantis simples.

Em segundo lugar, distinguindo os conceitos do custo de reprodução da força de trabalho e salário, o autor conclui que o primeiro não é baixo, mas sim o segundo. O salário seria uma forma externa de manifestação do valor da força de trabalho, podendo assumir valores acima ou abaixo desse valor. Para ele, um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho significa tão-somente um rebaixamento do valor dos bens e serviços que integram a cesta de consumo dos trabalhadores. Isto não implicaria qualquer variação nos salários, assim como alterações salariais não implicariam variações nos custos da cesta de consumo.

E aqui coloca-se outra questão importante discutida pelo autor e que se refere à determinação da taxa de salários na economia como um todo e a sua dita vinculação com a produção mercantil simples.

Em busca de uma formulação mais precisa acerca da determinação da taxa de salários, o autor parte de conceitos e formulações teóricas clássicas, propondo-se a pensar algumas categorias adicionais de análise capazes de explicar as novas condições de que se revestiu a questão, dada a evolução do capitalismo. Introduzindo, portanto, elementos adicionais na análise, ele procura mostrar como o campo de indeterminação da taxa de salários se reduz a algumas alternativas quando são incluídas novas variáveis.

Para ilustrar este ponto, apresenta o que ocorre em uma economia capitalista desenvolvida e o caso de uma economia em fase de industrialização tardia. Na primeira, o padrão salarial — determinado pelas variações do ciclo econômico, dado o poder das classes sociais em luta pela

repartição do produto — dificilmente seria alterado, uma vez que isto implicaria mudanças no padrão de acumulação, financiamento etc.

No segundo caso, a taxa salarial tanto poderia ser maior ou menor que a vigente. Uma taxa salarial maior seria perfeitamente viável economicamente à medida em que o pólo capitalista dinâmico das economias subdesenvolvidas sustenta-se em uma base técnica similar sob as quais operam as economias mais avançadas, apresentando inclusive taxas de lucros superiores às dessas últimas economias. Uma taxa salarial menor poder-se-ia verificar devido à existência de uma vasta reserva de mão-de-obra capaz de garantir um ritmo suficiente de crescimento da força de trabalho. Assim, há que se considerar na determinação da taxa de salários a mediação de outras variáveis, como o poder de negociação das classes trabalhadoras, as quais implicam diferentes soluções políticas, ou como diz o autor: "a correlação de forças na luta de classes pode, em dado momento, significar que a solução a esse sistema de equilíbrio múltiplo implique rebaixamento da taxa de salários. Isto não significa, entretanto, que essa fosse a única solução para a sobrevivência do sistema econômico" (p.17).

Ao examinar a evolução da taxa de salários na economia brasileira, esta situação encontra-se ilustrada com o exame do período pós-64, quando então a solução política viabilizou o rebaixamento dos salários.

"O importante é sublinhar que a solução poderia ter sido outra — uma solução que mantivesse alta a taxa de salários — sem que isso significasse tornar "inviável" o capitalismo no Brasil, ou que se obtivessem necessariamente taxas de crescimento econômico inferiores às que se observaram. Simplesmente *outra* deveria ser a articulação econômica dos diversos setores e *outro* deveria ser o padrão de acumulação possível" (p.20). Isto é, o autor nega a necessidade de altíssimas taxas de exploração para a sobrevivência e realização do capitalismo tardio, uma vez que economicamente outras soluções são possíveis, ou seja, o sistema pode sobreviver com taxas salariais mais altas.

Em suma, o que o autor pretendeu ter mostrado é que no processo de determinação dos salários, bem como das condições de trabalho, interagem simultaneamente alguns condicionantes ligados ao processo de acumulação de capital "strictu sensu" e outros ligados à luta de classes. Considerar somente os primeiros seria incorrer em uma visão economicista da questão, tal como incorrem aqueles que também estabelecem uma relação direta entre o nível médio de renda na produção mercantil simples e a taxa de salários, no sentido de que a primeira variável tenderia a puxar para baixo os salários do mercado formal de trabalho.

Retoma o autor a questão relativa à necessidade de desvincular o salário de base da economia urbana como um todo do nível de renda que se verifica na produção mercantil simples, caso contrário não se estaria considerando instrumentos importantes como a negociação salarial, luta sindical etc. no marco geral da luta de classes sociais pela repartição do produto. É errôneo atribuir às formas de produção não tipicamente capitalistas o poder de fixar o salário de base para o conjunto do sistema econômico. Ao contrário, a taxa de salários do núcleo capitalista da economia é que parece se constituir na variável que orienta a determinação das rendas na pequena produção mercantil.

Excedente de Força de Trabalho

O autor propõe-se também a mostrar as limitações das interpretações que explicam o rebaixamento dos salários no mercado formal de trabalho pela existência de um amplo excedente de mão-de-obra nas economias urbanas.

Para isso retoma a discussão sobre o significado e a amplitude deste excedente, tendo em vista a possibilidade de sua mobilização imediata para o trabalho em um momento determinado. Para ele, nem todo excedente está mobilizado como reserva de mão-de-obra, mas somente uma parte deste. Em primeiro lugar, porque grande parte deste excedente, ao ser formado de trabalhadores expulsos da zona rural, não se constitui no tipo de mão-de-obra requerido pela economia urbana². Em segundo lugar, porque nesse excedente de mão-de-obra estão incluídos os trabalhadores vinculados a formas não tipicamente capitalistas de produção, cuja disponibilidade para o trabalho assalariado é bastante variável e dependente do tipo de atividade em que se inserem³.

Portanto, do ponto de vista do funcionamento do sistema econômico atual, a superabundância de mão-de-obra não implica, necessariamente, uma ilimitada força de trabalho disponível para o trabalho nas formas de organização capitalista.

Essa conclusão é importante para relativizar a influência deste excedente de mão-de-obra na determinação dos salários na economia urbana. Para P.R.Souza, longe de determinar salários, a existência de um excedente de mão-de-obra alocado em atividades não tipicamente capitalistas só atua no sentido de debilitar o poder de negociação dos trabalhadores nas suas relações com o capital. Na verdade, a organização dos trabalhadores assalariados em busca de benefícios ocorreria independentemente da existência dessa massa de mão-de-obra excedente. Para o autor, a valorização do capital em um tipo de organização não depende de sua valorização em outra forma através de outros tipos de organização, mas depende unicamente das condições em que se realiza dentro de cada esfera produtiva. Em outros termos, a miséria em uma dessas esferas não depende da miséria dos ocupados em outras esferas, mas depende isso sim da sua debilidade frente ao capital dentro de cada uma dessas esferas.

Deste modo, a existência de um excedente de mão-de-obra e as suas condições miseráveis de vida não impedem a organização dos assalariados em busca de seus benefícios. Além disso, conclui o autor, nem a miséria é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo em economias atrasadas, nem a extração do excedente de uma esfera produtiva à outra é fundamental para a acumulação. O determinante são as condições concretas em que se dá a acumulação do capital no pólo hegemônico da economia, isto é, nas formas de organização tipicamente capitalistas.

² "Os hábitos de trabalho, a própria 'filosofia de vida' devem ser radicalmente alterados para 'transformar' essa mão-de-obra em autêntica força de trabalho urbana" (p.44).

³ "(...) salvo que a expansão da economia moderna nas cidades destrua completamente as possibilidades econômicas de atividades mercantis simples (...) lançando novamente essa mão-de-obra à necessidade de buscar o assalariamento para subsistir, ela não estará disposta a transformar-se em força de trabalho urbana" (p.46).

Medidas de Política Econômica

O autor aponta uma série de razões que justificam o exame particular das atividades não tipicamente capitalistas, tendo em vista o estabelecimento de políticas específicas que favoreçam tais atividades. Tais razões referem-se, por um lado, ao fato de essas atividades concentrarem uma significativa parcela da força de trabalho urbana e justamente a mais afetada pela pobreza extrema e, por outro lado, por permanecer esta força de trabalho completamente abandonada pela maioria das políticas de renda e de proteção que usualmente se utilizam.

Propõe-se, então, o estabelecimento de políticas específicas destinadas a beneficiar tais atividades com vistas a melhorar o nível de renda desse amplo setor da população. O autor adverte para o fato de que tais políticas devem-se inserir numa estratégia global de desenvolvimento, na qual deveriam constar medidas destinadas a elevar a capacidade de absorção de mão-de-obra por parte dos setores capitalistas e aumentar as rendas dos trabalhadores vinculados ao setor agrícola tradicional.

Considerando que melhorar a situação ocupacional numa economia significa elevar o ritmo de crescimento do chamado emprego produtivo, coloca-se como proposta a fixação de uma política de emprego inserida em proposições de política econômica mais amplas e voltadas a uma melhor redistribuição de renda e à satisfação das necessidades básicas da população.

Enfim, as medidas tendentes a alcançar maiores níveis de emprego pressupõem modificações importantes no padrão de desenvolvimento das economias latino-americanas e da brasileira, as quais deveriam ser respaldadas por uma correlação de forças político-sociais distinta da prevalente na maioria desses países.